

HABEAS CORPUS Nº 515.488 - MG (2019/0168325-5)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ODILON DOS SANTOS
ADVOGADO : ODILON DOS SANTOS - MG064223
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : CAIQUE FERNANDO ARGONDIZZI PEREIRA (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de CAIQUE FERNANDO ARGONDIZZI PEREIRA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que julgou o HC n. 1.0000.19.051272-3/000.

Inferre-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente, em 19/03/2019, sob acusação de prática dos crimes previstos no art. 2º, § 2º e § 3º, da Lei n. 12.850/2013 (organização criminosa).

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, cuja ordem foi denegada, nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 102/106):

“EMENTA: HABEAS CORPUS - ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA - DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - DIVISÃO DE TAREFAS - PRESENÇA DE REQUISITOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO PREVENTIVA NOS MOLDES DO ART. 312 DO CPP - REVOGAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - ORDEM DENEGADA.”

No presente *writ*, assevera a falta de fundamentação do decreto de prisão preventiva, afirmando que não existe nenhuma prova de que o paciente integre a organização criminosa descrita na denúncia.

Pretende, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

É o relatório. Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, entendo razoável o processamento do feito apenas para verificar a eventual existência de flagrante constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de

plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência. Além disso, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do *writ* e deve ser reservado para análise perante o douto colegiado da Quinta Turma, após manifestação ministerial.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicite-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada coatora, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator